

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da NCF Participações S.A. (Companhia), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Companhia foi constituída, em 2000, como sociedade por ações de capital fechado privada, voltada à realização de aplicações em títulos e valores mobiliários e participação nas sociedades da Organização Bradesco (Organização), contando com Conselho de Administração e Diretoria como órgãos da administração.

Como uma das holdings da Organização, detém participação acionária nos capitais do Banco Bradesco S.A. (Bradesco ou Banco) e da Bradespar S.A. (Bradespar). Em 31 de dezembro de 2021, a participação acionária no capital total do Bradesco era de 5,35%, e, na Bradespar, 9,37%.

Possui, também, registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na Categoria "B", desde outubro de 2016.

Resultado do exercício

O resultado operacional dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é composto, basicamente, por equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio (JCP), gerados pela participação no capital do Bradesco e da Bradespar, bem como o resultado financeiro, referente a aplicações financeiras e juros sobre debêntures, conforme ilustrado abaixo:

	R\$ mil	
	2021	2020
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	1.908.894	919.921
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	1.967.863	970.802
Despesas Tributárias.....	(52.624)	(40.702)
Despesas Gerais e Administrativas.....	(6.345)	(10.179)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	1.908.894	919.921
RESULTADO FINANCEIRO	159.855	95.830
Receitas Financeiras.....	354.404	281.124
Despesas Financeiras.....	(194.549)	(185.494)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.068.749	1.015.551
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	903	(3.161)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.069.652	1.012.390

A melhora do desempenho no exercício atribui-se aos maiores resultados de equivalência patrimonial reconhecido pela Companhia, referente aos investimentos no Bradesco e na Bradespar, no montante de R\$ 1,2 bilhão e R\$ 736,5 milhões, respectivamente, sendo que, em comparação com o ano anterior, tais valores foram de R\$ 836,7 milhões e R\$ 134,1 milhões. É, também, maiores resultados financeiros obtidos pela Companhia, que foi de, R\$ 159,8 milhões em 2021, ante um resultado de R\$ 95,6 milhões em 2020.

Negócios sociais e fatos administrativos relevantes

Em 2021, destaca-se o recebimento de dividendos/JCP, destinados pelo Bradesco, no valor líquido de R\$ 586,9 milhões, e R\$ 356,5 milhões destinados pela Bradespar.

Comentários sobre as investidas

BRADESCO

Fundado em 1943, o Bradesco é um dos maiores grupos financeiros do Brasil, presente em todas as regiões do território nacional e em pontos estratégicos no exterior. Em constante evolução para acompanhar e superar os desafios da economia e inovações tecnológicas, busca, permanentemente, a excelência em atendimento, produtos, serviços e melhor rentabilidade aos seus acionistas e investidores, sempre promovendo a inclusão bancária e comprometido com o crescimento socioeconômico do País.

No contexto de mercado de capitais, as ações do capital social do Bradesco são listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos BBDC3 (ordinárias) e BBDC4 (preferenciais). Seus títulos, também, são negociados na Bolsa de Valores de Nova York, por meio do programa de *American Depositary Receipts* Nível I (ADRs), lastreados em ações preferenciais, e ADRs Nível II, em ações ordinárias, bem como no mercado europeu na Bolsa de Valores de Madri (*Latibex*), por meio do *Global Depositary Receipts* (GDRs).

Apoiado em valores éticos, respeito e transparência, pretende aprofundar o relacionamento e gerar valor a longo prazo, inclusive com clientes não correntistas, combinando atividades bancárias e de seguros em uma estrutura de atendimento segmentada, capaz de oferecer um portfólio completo de produtos e serviços alinhado às necessidades de cada cliente.

Marca da presença e pioneirismo, unindo a segurança do tradicional à agilidade das novas tecnologias, a sua estratégia e visão de futuro estão fundamentadas em quatro principais pilares: cliente; eficiência; pessoas; e sustentabilidade.

Na Organização, dentre os acontecimentos que marcaram o exercício, ressalta-se a celebração de Acordo de Participação no Programa de Incentivos Elo, por sua controlada Elo Serviços S.A., que estabelece condições para concessão de incentivos da Elo para o Bradesco, visando incrementar as vendas de cartões da bandeira emitidos pelo Banco e, consequentemente, aumentar o volume de transações nos meios de pagamentos;

Inaugurou a plataforma Bradesco Invest US com a proposta de democratizar o acesso a ativos estrangeiros, com a simplicidade de uma conta local. O público-alvo são os brasileiros e os latino-americanos, que já eram atendidos pelo BAC Florida Bank;

Emiram o primeiro *Sustainable Bond* internacional no valor de US\$ 500 milhões, seguindo o escopo do *Framework* de Finanças Sustentáveis do Bradesco, com verificação e parecer (*Second Party Opinion* - SPO) da *Sustainalytics*, reforçando o compromisso de ser um agente de transformação positiva na sociedade, em linha com seu propósito e compromissos institucionais firmados; e

Pelo 17º ano consecutivo, integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3). E, pelo 16º ano consecutivo, integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade - DJSI, da Bolsa de Valores de Nova York, com o caso de carteiras Mundo e Mercados Emergentes no ciclo 2021 - 2022.

Além disso, destacam-se os seguintes reconhecimentos:

Foi mais uma vez reconhecido por várias instituições, como a ONU (prêmio WEPEs - *Women's Empowerment Principles*), o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (1ª edição do prêmio Melhores Práticas em Equilíbrio Trabalho-Família), o GPTW (destaque na 5ª edição do *ranking* GPTW Mulher e reconhecimento como uma das melhores empresas do Brasil para PCDs trabalharem), o CIEE (o programa de estágio do Bradesco reconhecido como o melhor no Brasil), a *Forbes World's Best Employers* (*ranking* de melhores empregadores do mundo) e também em 2021, foi reconhecido pela ABQV (Associação Brasileira de Qualidade de Vida) com o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida;

É o maior grupo empresarial de capital privado do País, segundo a Valor Grandes Grupos do Valor Econômico;

Foi destaque no *Open Innovation Challengers*, premiação das companhias mais ativas em inovação aberta;

Pelo terceiro ano consecutivo, Bradesco integra o Índice de Igualdade de Gênero da *Bloomberg Financial Services Gender-Equality Index* (BFGEI);

O Bradesco foi considerado o Melhor Banco para Investir em 2021, segundo *ranking* do Centro de Estudos em Finanças da FGV;

Melhor posicionado do setor no Monitor Empresarial de Reputação Corporativa, segundo *ranking* elaborado pela Merco, em parceria com a revista Exame;

Premiado no *Global Innovation Awards*, categoria Soluções para Crédito Negociais, pela plataforma MEI (mei.bradesco);

Pelo terceiro ano consecutivo, o Banco reafirma liderança em Prêmio Imobiliário entre os bancos privados, no *ranking* Abecip - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança;

É uma das melhores empresas do País para LGBTQI+ trabalhar, no *ranking* organizado pela consultoria *Great Place to Work* (GPTW), em parceria com a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOLGBT);

O Bradesco é a instituição financeira líder no *ranking* Finanças do anuário Valor Grandes Grupos. Na lista geral figura entre os três maiores grupos empresariais do País;

É reconhecido com o Selo Empresa Pró-Ética, pela Controladoria-Geral da União com o apoio do Instituto Ethos; e

É o banco mais inovador no uso de TI, com o caso Transformação Digital Sustentável, no prêmio As 100+ Inovadoras no Uso de TI 2021, realizado pela IT Midia.

O Bradesco registrou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, lucro líquido ajustado de R\$ 23,1 bilhões, e o patrimônio líquido ajustado somou R\$ 150,4 bilhões.

BRADESPAR

A Bradespar é uma companhia aberta de investimentos, que busca criar valor para seus acionistas por meio de participações relevantes em empresas líderes em seus setores de atuação e que apresentem taxas de retorno consistentes e de longo prazo. Desta forma, detém participação direta na Vale S.A. (VALE).

No contexto de mercado de capitais, as ações do capital social da Bradespar são listadas na B3 sob os códigos BRAP3 (ordinárias) e BRAP4 (preferenciais). Seus títulos, também, são negociados no Latibex por meio do programa de GDRs.

A Bradespar registrou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, lucro de R\$ 8 bilhões, impactado pelo resultado apresentado pela VALE.

Serviços prestados pelos auditores independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, não contratou e nem teve serviços prestados pelo auditor independente - IRKO Auditores Independentes - não relacionados à auditoria externa.

A Companhia adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

Cidade de Deus, 29 de março de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais		
	2021	2020
ATIVO		
CIRCULANTE	1.539.099	624.575
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7).....	58	87.964
Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio do Resultado (Nota 8).....	576.460	374.756
Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	954.801	-
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 19a).....	7.780	161.855
NÃO CIRCULANTE	18.565.375	18.454.424
Realizável a Longo Prazo	6.551.481	6.343.921
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 13).....	-	32.219
Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	5.013.045	5.002.334
Valores a Receber (Nota 10).....	294.598	282.027
Depósitos Judiciais (Nota 12b).....	543.260	460.859
Créditos Tributários (Nota 20c).....	193.131	174.674
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 20f).....	507.447	391.808
Investimentos (Nota 11).....	12.013.894	12.110.503
TOTAL	20.104.474	19.078.999

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais		
	2021	2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	290	326.465
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 20g).....	2	5.607
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 15e).....	-	320.719
Outras Obrigações.....	288	139
NÃO CIRCULANTE	3.811.230	3.506.978
Provisão para Impostos e Contribuições (Nota 20e).....	152.816	39.407
Provisão para Contingências (Nota 12b).....	547.739	478.914
Passivos Financeiros (Nota 14).....	2.997.538	2.988.657
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 13).....	113.137	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.292.954	15.245.556
Capital Social.....	8.914.795	8.914.795
Reservas de Lucros.....	7.037.605	5.479.650
Outros Resultados Abrangentes.....	340.554	851.111
TOTAL	20.104.474	19.078.999

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	2021	2020
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	1.908.894	919.921
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11).....	1.967.863	970.802
Despesas Tributárias (Nota 16).....	(52.624)	(40.702)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 17).....	(6.345)	(10.179)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	1.908.894	919.921
RESULTADO FINANCEIRO	159.855	95.830
Receitas Financeiras (Nota 18).....	354.404	281.124
Despesas Financeiras (Nota 18).....	(194.549)	(185.494)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.068.749	1.015.551
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	903	(3.161)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	2.069.652	1.012.390
Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 15b)		
Resultado por ação ordinária.....	0,62	0,30
Resultado por ação preferencial.....	0,68	0,33

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	2.069.652	1.012.390
Outros Resultados Abrangentes	(510.557)	121.253
Reflexos de Empresas com Influência Significativa.....	(720.776)	96.892
Ajuste de Instrumentos Financeiros.....	210.219	24.361
Total do Resultado Abrangente	1.559.095	1.133.643

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais					
Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes
	Social	Legal	Reservadas	Estatutária	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.914.795	317.817	4.489.443	4.489.443	729.858
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	1.012.390
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo.....	-	-	-	-	96.892
Ajuste de Instrumentos Financeiros.....	-	-	-	-	24.361
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	1.133.643
Destinações: - Reservas.....	-	50.620	621.770	-	(672.390)
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	(340.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.914.795	368.437	5.111.213	5.111.213	851.111
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	2.069.652
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo.....	-	-	-	-	(720.776)
Ajuste de Instrumentos Financeiros.....	-	-	-	-	210.219
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	1.559.095
Destinações: - Reservas.....	-	103.482	1.454.473	-	(1.557.955)
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	(511.697)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.914.795	471.919	6.565.686	6.565.686	340.554

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			
	2021	2020	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.068.749	1.015.551	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(1.967.863)	(970.802)	
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros.....	(68.215)	(32.848)	
Provisão para Obrigações Legais.....	52.617	50.700	
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	85.288	52.601	
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros e Outros.....	(253.374)	2.493.497	
Aumento/(Redução) em Obrigações.....	3.304	(4.779)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(61.199)	(37.012)	
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades Operacionais	(225.981)	2.504.307	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	943.479	183.437	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	943.479	183.437	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Emissão de Debêntures.....	-	3.000.000	
Pagamento de Juros/Liquidação de Debêntures.....	(2.007)	(5.604.289)	
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(803.397)	-	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(805.404)	(2.604.289)	
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(87.906)	83.455	
Início do Exercício.....	87.964	4.509	
Fim do Exercício.....	58	87.964	
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(87.906)	83.455	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais				
	2021	%	2020	%
1 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(6.345)	(0,3)	(10.179)	(0,8)
1.1) Serviços de Terceiros.....	(6.345)	(0,3)	(10.179)	(0,8)
2 - VALOR ADICIONADO BRUTO (I)	(6.345)	(0,3)	(10.179)	(0,8)
3 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (1-2)	(6.345)	(0,3)	(10.179)	(0,8)
4 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.322.267	100,3	1.251.926	100,8
4.1) Resultado de Equivalência Patrimonial.....	1.967.863	85,0	970.802	78,2
4.2) Receitas Financeiras.....	354.404	15,3	281.124	22,6
5 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (3+4)	2.315.922	100,0	1.241.747	100,0
6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	2.315.922	100,0	1.241.747	100,0
6.1) Impostos, Taxas e Contribuições	51.721	2,2	43.863	3,5
6.2) Remuneração de Capitais de Terceiros	194.549	8,4	185.494	14,9
6.3) Remuneração de Capitais Próprios	2.069.652	89,4	1.012.390	81,

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Os detalhes dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 15b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da propositão do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 15e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 20.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, estarão descritos na Nota 22.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

11) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (6)	
				ON	PN		2021	2020	2021	2020
				Bradesco (1) (2) (3)	83.100.000		150.443.539	23.172.322	410.810	108.886
Bradespar (1) (2) (4) (7) (8)	500.125	7.502.810	8.079.261	34.323	2.525	9,37	703.298	1.055.003	736.590	134.700
Ágio - Bradesco (5)	-	-	-	-	-	-	2.771.912	2.771.912	-	-
Ágio - Bradespar (5)	-	-	-	-	-	-	494.205	494.205	-	-
Total							12.013.894	12.110.503	1.967.863	970.802

(1) Em 30 de dezembro de 2021, o valor de mercado das ações ordinárias do Bradesco era de R\$ 16,19 e as ações preferenciais de R\$ 19,21, e para as ações da Bradespar, era de R\$ 21,78 e R\$ 24,99, respectivamente;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) As informações referentes a 31 de dezembro de 2021, foram revisadas pela KPMG Auditores Independentes;

(4) As informações referentes a 31 de dezembro de 2021, foram revisadas pela PwC Auditores Independentes;

(5) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações do Bradesco e da Bradespar;

(6) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(7) Em 17 de dezembro de 2021, a Bradespar realizou redução de Capital Social no montante de R\$ 5.260.000, sem cancelamento de ações, mediante a entrega de ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale S.A. (Vale) a seus acionistas, pelo valor contábil. Nesta operação a Companhia recebeu um total de 12.247.321 ações da Vale, que foram registradas em seu ativo circulante com o valor JORA, vide nota explicativa 9; e

(8) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental), não tendo indícios de *impairment* para os períodos apresentados.

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 543.260 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 460.859).

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Movimentação das provisões fiscais:

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
No início do período	478.914	427.425
Atualizações monetárias	16.208	10.789
Constituição	52.617	40.700
No final do período	547.739	478.914

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetuada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2021, as contingências passivas com chance de perda possível totalizaram R\$ 14.121, decorrentes de cobranças atreladas ao não reconhecimento, pelo Fisco, de compensação de débitos com crédito de IRPJ gerado em exercício anterior (31 de dezembro de 2020 - R\$ 14.412).

13) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(i) Contrato de Swap

O instrumento financeiro derivativo refere-se a operação de *swap* de taxa de juros, contrato em que a Companhia está trocando o indexador de suas Letras Financeiras Subordinadas de Selic por CDI + adicional a.a., seu valor de referência é de R\$ 5.000.000, em 31 de dezembro 2021, a Companhia possuía uma posição passiva cuja o seu valor de mercado era de R\$ (113.137), (31 de dezembro de 2020, posição ativa, - R\$ 32.219), sendo o custo atualizado de R\$ (1.030) (31 de dezembro de 2020 - R\$ 1.099), e um ajuste a valor de mercado de R\$ (112.107) (31 de dezembro de 2020 - R\$ 31.120), com vencimento em dezembro de 2023.

Nos contratos de *swap* de taxa de juros, as partes trocam indexadores associados aos seus ativos e passivos, por um determinado período contratual. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado às mudanças nas condições de mercado, devido às variações nas taxas de juros.

(ii) Hedge Contábil

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha *hedge*, em conformidade com o estabelecido no CPC 38 - Instrumentos Financeiros, composto por *Hedge* de fluxo de caixa.

Estratégia	Instrumento de hedge valor nominal	Objeto de hedge	R\$ mil	
			Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	5.260.987	5.261.050	(112.107)	(73.990)
Total em 31 de dezembro de 2021	5.260.987	5.261.050	(112.107)	(73.990)
Total em 31 de dezembro de 2020	5.178.785	5.178.914	31.120	20.539

(1) Referente ao risco de taxa de juros variável da Selic, utilizando-se de contratos de *Swaps*, sendo os prazos de vencimentos até 2023, tornando parte do fluxo de caixa prefixado. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido no CPC 38 - Instrumentos Financeiros.

Para os próximos 12 meses, os ganhos/perdas relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R\$ 149.

Os ganhos/perdas relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado, no acumulado de 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ (1,1).

14) PASSIVOS FINANCEIROS - DEBÊNTURES

Em dezembro de 2020, foi encerrada a oferta pública de distribuição da quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real em série única, da Companhia, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por meio da qual foram emitidas 3.000.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o montante de R\$ 3.000.000.

As debêntures possuem garantias reais, as quais poderão ser utilizadas até o limite de seu valor nos termos dos respectivos Contratos de Garantia, conforme segue: (i) alienação fiduciária de 177.221.173 ações ordinárias de emissão do Bradesco e de titularidade da Companhia e (ii) cessão fiduciária de 7.500 letras financeiras de titularidade da Companhia, com o valor unitário de R\$ 500, totalizando R\$ 3.750.000. A Companhia cumpriu com todos os requisitos contratuais *covenants* em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

As debêntures farão jus a remuneração equivalente a variação acumulada da taxa média dos DI - Depósitos Interbancários de um dia, acrescida de um adicional, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias úteis, calculados *pro rata temporis*, desde a data de emissão até o final do período de capitalização, o valor de R\$ 3.007.326 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 3.002.007), sendo o custo de emissão a amortizar de R\$ 9.788 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 13.350), resultando em um valor líquido de R\$ 2.997.538 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 2.988.657).

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Ordinárias	1.685.707.352	1.685.707.352
Preferenciais (1)	1.502.370.308	1.502.370.308
Total	3.188.077.660	3.188.077.660

(1) As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferem a seus titulares as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia; e (ii) dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, estão demonstrados a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	2.069.652	1.012.390
Ordinárias	0,62	0,30
Preferenciais	0,68	0,33

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorrerem antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021:

A Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução CVM nº 18/2021, apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 e trata da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR) - Fase II. As principais alterações são: (i) permissão de substituir a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros por uma taxa compatível, sem desreconhecer a operação, desde que seja consequência da reforma; (ii) Reconhecimento em resultado da parcela inefetiva de *hedge accounting*, em razão do fim das isenções previstas na Fase I do projeto. A norma entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. Não foram identificados impactos na Companhia.

O Pronunciamento Técnico CPC para Entidades em Liquidação - CPC LIQUIDAÇÃO, aprovado pela Resolução CVM nº 28 de 16 de abril de 2021, que tem o objetivo de orientar e harmonizar as práticas para as entidades que ingressam em regime de não continuidade normal de atividades, em especial em processo de liquidação e, mais especificamente, em processo falimentar. A norma entrou em vigor em 1º de junho de 2021, sendo permitida sua adoção antecipada. Não apresenta impactos na Companhia.

A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 18, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovada pela Resolução CVM nº 41/2021, apresenta alterações no CPC 06 (R2) - Arrendamentos (correlacionado ao IFRS 16) sobre a prorrogação do prazo de aplicação do expediente prático de Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento para pagamentos devidos em, ou antes, de 30 de junho de 2022. A alteração é válida para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de abril de 2021. Não apresenta impactos na Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 19, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovada pela Resolução CVM nº 58/21, apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1) em decorrência de modificações aprovadas pelo IASB no documento do ciclo de melhorias 2018-2020 (*Annual Improvements 2018-2020*) e nas normas IAS 16 (CPC 27), IFRS 3 (CPC 15 (R1)) e IAS 37 (CPC 25). A Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022, aplicando-se aos exercícios em ou após esta data. Não foram identificados impactos na Companhia.

CPC 50 - Contratos de Seguros (correlacionado ao IFRS 17), aprovado pela Resolução CVM nº 42/2021. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos.

A norma entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação da nova norma ainda na fase de diagnóstico.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se a Depósitos Bancários - R\$ 58 (31 de dezembro de 2020, o Caixa e Equivalentes de Caixa, era representado por Depósitos Bancários - R\$ 414 e Fundos de Investimentos Financeiros - R\$ 87.550, que se refere a renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou a ela ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco).

8) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 576.460 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 374.756), sendo seu valor de mercado igual ao contábil, com vencimento a partir de dezembro de 2022.

9) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a: (i) 12.247.321 ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale S.A. (Vale), recebidas pela redução de capital da investida Bradesco, cuja o seu valor de mercado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 954.801, sendo o custo atualizado de R\$ 493.062 e ajuste a valor de mercado de R\$ 461.739; (ii) aplicação em letras financeiras, emitidas pelo Bradesco acrescidas da variação da taxa referencial SELIC, com vencimento acima de cinco anos e classificadas no Nível 2, o custo atualizado e o valor de mercado correspondiam ao montante de R\$ 5.013.045 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 5.002.334).

10) VALORES A RECEBER

Referem-se a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2024, o saldo atualizado correspondia a R\$ 294.598 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 282.027).

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente a base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.068.749	1.015.551
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(703.375)	(345.287)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em investimentos com influência significativa	669.073	330.072
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(138.790)	(103.570)
Juros sobre o capital próprio (pagos e/ou a pagar)	173.977	115.600
Outros valores	18	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	903	(3.161)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(12.067)	(15.669)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização, no exercício, sobre adições e exclusões temporárias.....	18.313	17.506
Constituição/realização, no exercício, de prejuízo fiscal e base negativa.....	(5.343)	(4.998)
Total dos ativos fiscais diferidos	12.970	12.508
Imposto de renda e contribuição social do exercício	903	(3.161)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2020	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2021
Provisões fiscais.....	161.383	23.401	-	184.784
Outros.....	42	91	(42)	91
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	161.425	23.842	(42)	185.225
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	13.249	-	(5.343)	7.906
Total dos créditos tributários	174.674	23.842	(5.385)	193.131
Obrigações fiscais diferidas	39.407	124.363	(10.954)	152.816
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	135.267	(100.521)	5.569	40.315

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2022.....	325	117	5.814	2.092	8.348
2026.....	135.870	48.913	-	-	184.783
Total	136.195	49.030	5.814	2.092	193.131

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 171.266 (2020 - R\$ 165.002).

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Membros

Milton Matsumoto

Alexandre da Silva Glüher

Maurício Machado Minas

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Octavio de Lazzari Junior

Diretor Vice-Presidente

Marcelo de Araújo Noronha

André Rodrigues Cano

Cassiano Ricardo Scarpelli

Eurico Ramos Fabri

Rogério Pedro Câmara

Diretor Adjunto

Leandro de Miranda Araújo

COMITÊ DE AUDITORIA

Coordenador

Alexandre da Silva Glüher

Especialista em Contabilidade Societária

Amaro Luiz de Oliveira Gomes

Membro

Paulo Ricardo Satyro Bianchini

Marcelo da Silva Rego
Contador - CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e conselheiros da

NCF Participações S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da NCF Participações S.A. (Companhia). Em 31 de dezembro de 2021 que compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NCF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Investimentos em Participações Societárias mensuradas pelo método da equivalência patrimonial

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3d e 11, a Companhia detém participação societária de 5,35% no Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e de 9,37% na Bradespar S.A. ("Bradespar"), as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e controladas por meio de uma estrutura de Governança Corporativa e controles internos definidos pela Administração. Adicionalmente, conforme indicado a seguir, essas investidas possuem os seguintes principais assuntos de auditoria reportados nos seus respectivos relatórios de auditoria às demonstrações contábeis:

Investimento no Bradesco:

O Bradesco possui estimativas contábeis críticas relevantes e alta dependência da infraestrutura de tecnologia da informação para continuidade de seus negócios, que podem afetar o resultado da Companhia, via equivalência patrimonial, de forma relevante, como segue:

- As avaliações das provisões de perdas esperadas (*impairment*) de empréstimos e adiantamentos, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários como custo amortizado exigem a utilização de julgamentos e premissas por parte do Bradesco, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais e projeções, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos e renegociações, avaliações de risco das contrapartes e garantias;
- A avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes nos quais o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, com respectiva provisão. A avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos tributários, civis e trabalhistas foi considerada como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exige um alto grau de julgamento do auditor devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas feitas pelo Bradesco. No caso dos processos tributários e civis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido e, no caso de processos trabalhistas, estão relacionados ao julgamento envolvido nas segregações dos processos utilizadas no modelo e o período de observação histórica.
- A avaliação da recuperabilidade dos créditos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios que requerem julgamentos inerentes à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar na expectativa de realização dos créditos tributários. Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes exigiram julgamento subjetivo do auditor devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas. Essa subjetividade foi acentuada pela incertezas relacionadas aos possíveis efeitos futuros da pandemia Covid-19 sobre a situação econômica.
- A avaliação do valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos e intangíveis de vida útil indefinida cuja realização está fundamentada em projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco em relação as Unidades Geradoras de Caixa "UGC" e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios que envolvem julgamento inerente à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto de eventuais mudanças nas premissas. Consideramos a avaliação do valor recuperável de ágios e ativos intangíveis como um principal assunto de auditoria. Há um alto grau de subjetividade na determinação das premissas significativas, incluindo as taxas de crescimento para diferentes negócios, fluxos de receita e despesas, bem como as taxas de desconto utilizadas, especialmente agravado pelo alto cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão da Covid-19.
- A avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência onde para mensurar certas provisões técnicas e para realizar o teste de adequação de passivos, o Banco utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem expectativa de sinistros, longevidade, persistência, inflação de custos médicos e taxas de desconto. As premissas utilizadas em sua mensuração são subjetivas e essa subjetividade foi acentuada pela incerteza relacionada aos possíveis efeitos futuros advindos da pandemia da Covid-19 no cenário econômico. Pequenas alterações em determinadas premissas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses passivos. Julgamentos subjetivos por parte do auditor e conhecimentos atuariais específicos foram necessários para avaliar as premissas chave bem como as metodologias atuariais utilizadas.
- Elevada dependência do Bradesco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Investimento na Bradespar:

A Bradespar e sua investida possuem estimativas contábeis críticas relevantes que envolvem um alto nível de julgamento da Bradespar e de sua investida que podem afetar o resultado da Companhia, via equivalência patrimonial de forma relevante, como segue:

- A mensuração, o reconhecimento e a divulgação de provisões e passivos contingentes (cíveis e fiscais) que envolvem julgamento significativo na determinação quanto à conclusão dos processos judiciais.
- Investimento na Vale S.A. ("Vale"), que por sua vez possui estimativas contábeis críticas relevantes, envolvendo alto nível de julgamento na sua avaliação, como descrito a seguir:
 - Provisão para descaracterização de todas as barragens de rejeitos construídas sob o método a montante, certas estruturas denominadas "centro de linha" e diques de contenção localizados no Brasil foi de US\$ 3.523 milhões em 31 de dezembro de 2021, e as adições à provisão do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de US\$ 1.725 milhões. As provisões constituídas baseiam-se na estimativa de custos a incorrer para cada um dos projetos de descaracterização, que estão projetados por um período de até 15 anos. Revisões das provisões estimadas serão realizadas periodicamente em decorrência de mudanças em premissas significativas utilizadas e novos fatos e circunstâncias que possam levar à administração a revisar os métodos e soluções de engenharia. A administração aplica julgamento significativo no desenvolvimento das estimativas para descaracterização de barragens, incluindo (i) o volume de rejeitos a ser removido, baseado nas informações disponíveis e na interpretação das leis e regulamentos em vigor; (ii) a disponibilidade de locais para o depósito dos rejeitos; (iii) os métodos e soluções de engenharia; (iv) níveis de segurança; (v) produtividade dos equipamentos utilizados; (vi) avanços nos estudos de geologia e novas informações hidroclimáticas; e (vii) atualização na taxa de desconto. Adicionalmente, conforme divulgado pela administração, dada a natureza e incertezas inerentes a esse tipo de provisão, os valores reconhecidos divulgados serão reavaliados pela Vale e poderão ser ajustados significativamente em períodos futuros, à medida que novos fatos e circunstâncias forem conhecidos.
 - A Vale reconheceu provisões para processos tributários no valor de US\$ 456 milhões em 31 de dezembro de 2021 e divulgou passivos contingentes relacionados aos processos tributários no valor de US\$ 5.177 milhões, e US\$ 3.544 milhões relacionados a posições incertas de imposto de renda em discussão com as autoridades fiscais. A Vale reconhece uma provisão para processos tributários nas demonstrações contábeis consolidadas para a resolução de processos em andamento quando a Vale tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado e a administração determina que uma perda é provável, e o valor da perda pode ser razoavelmente estimado, com o apoio de especialistas da Vale. Nenhuma provisão para pro-

cessos tributários é reconhecida nas demonstrações contábeis consolidadas para resultados desfavoráveis quando, após avaliação das informações disponíveis, (i) a administração concluir que não é provável que uma perda tenha ocorrido em qualquer um dos processos em andamento; ou (ii) a administração seja capaz de estimar a perda ou o intervalo de perda para qualquer uma das questões. No caso de processos em andamento relacionados ao imposto de renda, a administração determina se é provável ou não que as autoridades fiscais aceitarão o tratamento fiscal incerto. Se a administração concluir que não é provável que as autoridades fiscais aceitarão o tratamento fiscal incerto, uma provisão para imposto de renda é reconhecida. A Vale também divulga a contingência em circunstâncias em que a administração conclui que (i) nenhuma perda é provável ou pode ser razoavelmente estimada, mas é razoavelmente possível que uma perda seja incorrida; ou (ii) no caso de processos em andamento relacionados ao imposto de renda, seja provável que as autoridades tributárias aceitem o tratamento tributário incerto.

A Vale reclassificou uma parcela do ajuste acumulado de conversão ("CTA") referente à sua subsidiária integral no exterior Vale Internacional S.A. ("VISA") no valor de US\$ 2.413 milhões, gerando um ganho registrado na rubrica "Outros itens financeiros, líquidos", para a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A política contábil da Vale estabelece que as diferenças cambiais decorrentes de transações e saldos de controladas no exterior com moedas funcionais diferentes do Real, as quais são reconhecidas e acumuladas no patrimônio líquido, serão reclassificadas para o resultado quando houver a alienação total ou parcial do investimento na controlada. De acordo com a política contábil da Vale, a alienação parcial do investimento na controlada pode ser uma redução do percentual de participação acionária ou uma redução do valor absoluto do investimento por meio de amortização de capital, mesmo que a Vale mantenha sua participação na subsidiária. Em dezembro de 2021, a administração aprovou e concluiu uma redução de capital da VISA no valor de US\$ 3.000 milhões, que foi considerada uma alienação parcial do investimento e desencadeou uma reclassificação de CTA.

Como nossa auditoria endereçou este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos para as investidas, discussão do risco de distorção relevante e envio das instruções aos auditores das investidas. Realizamos reuniões com os respectivos auditores responsáveis pelas investidas e efetuamos a avaliação do trabalho realizado que considero, entre outros aspectos, os assuntos destacados acima que podem afetar o resultado da Companhia de forma relevante. Avaliamos também as evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas envolvidos na auditoria das investidas. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados pelos auditores das investidas, bem como dos procedimentos realizados e das conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis da Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados os saldos de investimentos e o resultado com equivalência patrimonial, bem como as respectivas divulgações em nota explicativas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos saldos comparativos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo parecer é datado de 25 de março de 2021 sem modificações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022.



IRKO Hirashima Auditores Independentes
CRC 2SP020649/O-2

Nilton Shimizu
Contador - CRC nº 1SP142676/O-1

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA NCF PARTICIPAÇÕES S.A.

Aos Conselheiros de Administração da NCF Participações S.A.

APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), Órgão de caráter permanente, tem por objetivos principais recomendar e assessorar o Conselho de Administração da NCF Participações S.A. nos assuntos relativos às Demonstrações Financeiras, às auditorias interna e independente, às exposições de risco e controles internos.

Órgão vinculado diretamente ao Conselho de Administração da entidade NCF, regido pela Resolução nº 23, de 2021, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e demais regulamentações aplicáveis, entre as quais a Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das S.A.). O Comitê de Auditoria possui Regimento Interno próprio.

O COAUD é composto por 1 (um) Conselheiro de Administração, que é o Coordenador, e 2 (dois) outros Membros, sendo 1 (um) deles qualificado como especialista financeiro, conforme requerido pela legislação do Brasil. Todos os Membros atendem aos critérios de independência estabelecidos na regulamentação vigente e suas competências, conhecimento, habilidades e experiências são relevantes, compatíveis e adequadas ao segmento em que a NCF Participações S.A. atua. Membros eleitos na Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da NCF Participações S.A. realizada em 30.7.2021: Alexandre da Silva Glüher (coordenador), Amaro Luiz de Oliveira Gomes (especialista financeiro) e Paulo Ricardo Satyro Bianchini (membro).

Tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções, atuando principalmente sobre (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas; (ii) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos em processos relevantes; e (iii) a assecuração da independência e qualidade dos trabalhos das Auditorias - Independente e Interna.

É de responsabilidade da Administração e da Auditoria Independente que as Demonstrações Financeiras individuais ou consolidadas sejam completas e exatas, e estejam apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Gerenciamento Contábil pela Área de Contadoria Geral do Banco Bradesco S.A.

A Administração é responsável: (i) pela definição e implementação de processos e procedimentos que visam a coletar dados na elaboração das Demonstrações Contábeis, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil, além das emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e atos normativos pertinentes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); (ii) por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares, e (iii) pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou redução, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 30/03/2022 19:12

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidade.valor.com.br/valor/2022/03/30/NCFPART1561345330032022.pdf>

Hash:1648591922a8db7b5db9ff41eab1390caaa408778a

...continuação

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA NCF PARTICIPAÇÕES S.A.

No âmbito da Educação Continuada o Comitê de Auditoria participou de congressos, seminários e cursos de reciclagem e desenvolvimento técnico/profissional.

O Programa de Trabalho do Comitê de Auditoria para o período de julho a dezembro/2021 teve como foco os principais processos, riscos e produtos inerentes aos Negócios da NCF Participações S.A. Destacamos os aspectos considerados mais relevantes:

- Investimentos em Coligadas e Controladas;
- Valores a Receber de Sociedades Ligadas;
- Ágios em Investimentos;
- Créditos Tributários;
- Contratos de Mútuo com Controladas e Coligadas;
- Obrigações Fiscais e Previdenciárias;
- Provisões para Impostos e Contribuições;
- Derivativos - Swap a Pagar/Diferencial a Pagar (MTM);
- Resultado de Equivalência Patrimonial.

• Auditoria Interna (AIGL - AUDITORIA E INSPETORIA GERAL)

Para permitir um efetivo e adequado acompanhamento das atividades realizadas pela Auditoria Interna, em aderência às regulamentações vigentes, o Comitê de Auditoria demandou trabalhos específicos acerca dos processos operacionais, contábeis e fiscais/tributários da NCF Participações, recebendo informações dos destaques dos trabalhos, por meio de relatórios e súmulas executivas, e reuniões periódicas também fizeram parte da relação de trabalho do Comitê com a Auditoria Interna.

Ao tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações, o Comitê de Auditoria acompanhou as providências saneadoras adotadas pela Administração da Contadoria Geral do Bradesco, Área coordenadora da condução dos processos contábeis e fiscais/tributários.

A Auditoria Interna tem respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria da NCF Participações e às necessidades e exigências dos Órgãos Reguladores.

• Auditoria Independente (IRKO HIRASHIMA)

Prestação de Serviço de Auditoria das Demonstrações Financeiras da NCF Participações S.A. a partir do exercício de 2021. As equipes encarregadas dos trabalhos apresentaram, tempestivamente, os resultados e principais conclusões ao Comitê de Auditoria.

A destacar ser procedimento deste Comitê, ao tomar conhecimento dos pontos relevantes envolvendo a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos, elaborado em conexão com os exames das Demonstrações Financeiras, acompanhar as implementações das respectivas recomendações para o aprimoramento de processos, sistemas e mitigação de riscos.

Com base no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes (IRKO), e nas discussões subsequentes sobre os resultados dos trabalhos, o Comitê considera que os trabalhos desenvolvidos foram adequados aos negócios da Organização.

❖ CONCLUSÃO

Com base nos trabalhos, avaliações, revisões e discussões acima mencionadas, e considerando o escopo de suas atribuições, o Comitê de Auditoria ao reconhecer que todos os assuntos pertinentes que lhes foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras e nos Relatórios relativos ao Balanço encerrado em 31.12.2021, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 29 de março de 2022.

COMITÊ DE AUDITORIA

ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER
(Coordenador)

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES
(Especialista Financeiro)

PAULO RICARDO SATYRO BIANCHINI
(Membro)

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 30/03/2022 19:12

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/30/NCFPART1561345330032022.pdf>

Hash: 1648591922a8db7b5db9ff41eab1390caaa408778a